

Fronteiras e pontes entre a epistemologia e a axiologia no pensamento kantiano: uma perspectiva heideggeriana

Frontiers and bridges between epistemology and axiology in Kantian thought: a Heideggerian perspective

José Arlindo de Aguiar Filho¹

Resumo: A proposta do trabalho é analisar a história da separação dos campos conceituais de cunho epistemológico daqueles de cunho axiológico durante o final da idade moderna e sua recepção crítica na contemporaneidade. A extensão do tema implica cortes metodológicos para viabilizar a execução da pesquisa e estes resultam na escolha de dois filósofos relevantes e interligados: Immanuel Kant como representante do final da modernidade e cujo pensamento fundamenta a perspectiva contemporânea sobre a relação entre ciência e moralidade; e Martin Heidegger, pensador contemporâneo, profundo leitor e crítico da obra kantiana bem como de sua recepção no início do século XX. A trajetória percorrida no texto explora os aspectos da epistemologia kantiana como articulação simétrica de sua moralidade, porém em um campo de decidibilidade sobre teorias. A moralidade por sua vez implica uma fundamentação prática que extrapola o paradigma de decidibilidade em favor de um pragmatismo de fundamentação metafísica. A leitura heideggeriana explora a construção desta simetria através da pretensa insuficiência do pilar conceitual dos dois campos: a subjetividade. A tentativa heideggeriana coloca a necessidade de pensar radicalmente o lugar do sujeito, tanto do conhecimento quanto da ação. A apresentação do problema de cisão entre epistemologia e axiologia em Kant e a proposta heideggeriana de re-união dos campos epistemológico e axiológico numa raiz originária de cunho ontológico é a trajetória que se busca explicar e analisar neste trabalho.

Palavras-chave: Kant. Heidegger. Ciência. Ética. Ontologia.

Abstract: The work's purpose is to analyze the separation history of epistemological nature's conceptual fields from those of axiological nature during the late modern age and their critical reception in contemporary times. The theme's extension implies the need for methodological cuts to make the research viable, as a result, we have a choice

¹ Doutor em filosofia contemporânea pela UFPE, professor departamento de filosofia Universidade Estadual da Paraíba UEPB.

of two relevant and interconnected philosophers: Immanuel Kant, as a representative of modernity's end, and whose thinking underlies the contemporary perspective on the relationship between science and morality; and Martin Heidegger, a contemporary thinker, and profound reader, and critic, of Kant's work and also of its reception at the beginning of the 20th century. The trajectory covered in the text explores aspects of Kantian epistemology as a symmetrical articulation of its morality, but in a field of decidability about theories. Morality, in turn, implies a practical foundation that goes beyond the paradigm of decidability in favor of a pragmatism of metaphysical foundation. Heidegger's reading explores the construction of this symmetry through the alleged insufficiency of the conceptual pillar of the two fields: subjectivity. The Heideggerian attempt poses the need to think radically about the subject's place, both of knowledge and of action. The presentation of the separation problem between epistemology and axiology in Kant and the Heideggerian proposal for re-union of the epistemological and axiological fields in a root originating from an ontological nature is the trajectory that we seek to explain and analyze in this work.

Keywords: Kant. Heidegger. Science. Ethics. Ontology.

1 Introdução

A relação entre a ética e a ciência tem sido tema de discussão em diversos campos da sociedade contemporânea. O delicado equilíbrio entre a busca de tecnologia e o preço a pagar por ela nem sempre é um consenso e causa dificuldades tanto para a filosofia e as ciências humanas quanto para as ciências naturais. Na academia assistimos a um aumento significativo da preocupação moral em campos específicos como bioética e ecologia. No âmbito empresarial e mesmo nas políticas públicas articula-se o movimento em busca de desenvolvimento sustentável e consciência social.

Sem uma boa compreensão da extensão e limites da fronteira entre a ética e a ciência caímos em um risco duplo: tornar a pesquisa científica e suas aplicações reféns de princípios arbitrariamente estabelecidos, e assim sendo, propensos a manipulações políticas e/ou de interesse duvidoso; ou separar totalmente os campos criando uma nova religião da ciência desconectada de limites morais e capaz de servir a qualquer senhor que melhor pague seu preço. A união sem limites e a separação total resultam numa mesma consequência nefasta: uma ciência alienada e cega, movimentada em direção aos rumos da ideologia de seus patrocinadores e sem uma base que forneça qualquer regulação legal.

Frente à impossibilidade de esgotar um assunto oceânico como esse, pretendemos aqui apontar um caminho a ser explorado. Uma arqueologia da separação entre ética e ciência no âmbito do pensamento moderno e em sua passagem à filosofia contemporânea. Apresentaremos uma interpretação específica da obra de um pensador que estabeleceu um modelo para abordar a ciência que acreditamos ter influenciado toda a contemporaneidade. Falamos de Kant e do resgate de uma interpretação ontológica de seu pensamento. Este trabalho toma ainda o exemplo da interpretação de Heidegger como possibilidade para uma apropriação mais global do pensamento kantiano sobre o tema.

A hipótese específica é que Kant é, além de um pensador da ciência, um pensador do conhecimento. E como tal articula o conhecimento científico e o ético através de uma concepção ontológica da natureza do conhecimento. Essa concepção ontológica é que precisa ser resgatada, pois a ilusão de um ataque radical à metafísica gerou interpretações incorretas sobre sua função. A segunda hipótese é que o caminho apontado por Heidegger é capaz de realizar essa reapropriação da relação ontológica estabelecida entre o conhecimento científico e ético. Com ele teremos uma caracterização mais clara e capaz de superar os riscos da união sem limites objetivos e da separação total entre o âmbito científico e o moral.

Kant não é um caso desconhecido na história da filosofia. Nem de longe queremos aqui explorar seu pensamento de modo catedrático e minucioso. Faz sentido agora apenas ressaltar aspectos da obra kantiana que são interessantes ao nosso argumento. Seguindo as propostas de nossas hipóteses pretendemos então desenvolver três passos neste trabalho: primeiro descrever a posição de Kant frente ao conhecimento científico; segundo descrever a posição de Kant frente ao conhecimento moral; e terceiro interpretar as relações entre essas duas formas de conhecimento a partir de um ponto de vista ontológico, baseado na interpretação heideggeriana do pensamento kantiano.

2 Kant cientista e pensador da ciência

Hoje, muitas vezes, encontramos na academia opiniões que colocam em campos opostos o filósofo e o cientista². Mesmo que não encontremos mais filósofos desempenhando o papel de descobrir novas teorias científicas, nem cientistas se

² Alguns exemplos envolvem o pensamento de Heidegger: o matemático Hilbert (*apud* LOPARIC, 2004 p. 12), sir Karl Popper (2002, p. 35, 102), o físico-químico e historiador da ciência Brian Silver (2003 p. 730).

dando ao trabalho de desenvolver qualquer sistema ou fundamentação filosófica, na época em que Kant vivia essa conjunção de atividades foi a regra e não a exceção. Durante toda a idade moderna o papel de cientista e o papel de filósofo foram exercidos pelos mesmos indivíduos. Por vezes com competência em ambos os lados, como na geometria analítica cartesiana, ou no cálculo diferencial de Leibniz, por vezes nem tanto, como nas experiências de Bacon, ou mesmo na biologia de Descartes.

Não é comum encontrarmos essa perspectiva como ponto de partida para entender Kant, mas a biografia do filósofo nos obriga: Kant foi antes um cientista que um filósofo. O modo mais fiel de acompanhar o desenvolvimento de sua produção indica uma proximidade constante com os temas científicos, desde suas primeiras publicações até próximo do fim de sua vida.

Um modo particularmente interessante de mapear essa face científica é buscar seus indícios na obra filosófica de Kant. Assim ganhamos tempo ao destacar os pressupostos filosóficos que necessitamos para entender sua posição frente ao conhecimento científico, afinal fazer ciência não é o mesmo que pensar sobre ela. O cientista muitas vezes, talvez na maioria delas, pouco ou nada sabe sobre os pressupostos e fundamentos de sua atividade. Entender o pensamento de Kant sobre a ciência é mais que entender sua produção científica. Precisamos, além de descrever o cientista, encontrar a consciência científica que o guia, e acreditamos que essa consciência é o resultado de um processo de descobrimento. O descobrimento da filosofia que se construiu a partir do cientista e por causa dele. A filosofia de Kant é marcada por sua raiz científica, precisamos encontrar essa raiz, e enquanto raiz, enquanto motor do pensamento, não como numa mera narração de fatos.

A ciência envolve o pensamento kantiano desde seu início, e não falamos de uma ciência fora de sua época. Falamos de um contexto específico de desenvolvimento e expansão das teorias científicas e de seu impacto no pensador. Há razoável aceitação no meio acadêmico acerca da influência exercida na obra de Kant pelo desenvolvimento científico de seu tempo.³ E aqui vale a observação: não falamos de uma influência apenas no período pré-crítico, ou nas conjecturas da Crítica da Razão

³ Vários autores podem ser citados em defesa dessa posição. Höffe (2005, p. 7) afirma serem claros os interesses de Kant pelas ciências naturais que predominam em seus escritos por dez anos após sua primeira obra. Notável medida do impacto kantiano sobre a própria relação entre ciência e filosofia encontra-se em breves páginas do prefácio de Lebrun (1993). Ainda sobre o tema, Strawson (1999, p. 23) afirma estar fora de questão a confiança de Kant na física de Newton. Em artigo eletrônico na *Stanford Encyclopedia of Philosophy* (<http://plato.stanford.edu/entries/kant-science/>), Watkins (2007, 2001) traça a evolução do pensamento científico kantiano além de fornecer ampla bibliografia, mais de 60 obras, sobre o tema.

Pura, mas de uma presença que atinge sua reflexão moral e mesmo estética! Pois a obra de Immanuel Kant⁴ é vasta e profusa em diversidade de nuances e apenas um viés da mesma é a preocupação com o conhecimento científico de sua época.

Já em sua primeira publicação⁵ aborda a recepção por parte de Leibniz das teorias do movimento cartesianas. Sua formação acadêmica remete diretamente ao pensamento de Leibniz através de Wolff, e tal trajetória intelectual não poderia se furtar aos questionamentos físico-matemáticos do autor da Monadologia. Tal preocupação, mais tarde, frutificará em uma superação dos modelos espaço-tempo de seu antepassado germânico, como do rival inglês do mesmo, Isaac Newton.

Na estética transcendental encontramos a solução kantiana para o problema do espaço e do tempo. Um problema científico em sua origem pré-crítica, uma dualidade de modelos científicos incompatíveis dependentes de uma solução. A problemática das ciências naturais é um ponto de partida do qual se desenvolve a crítica transcendental. Segundo encontramos na *Crítica da Razão Pura* (KANT, 1787, B19; trad. pg. 49) “Ora, o verdadeiro problema da razão pura está contido na seguinte pergunta: como são possíveis os juízos sintéticos a priori?”. A resposta para esta questão fundamental deve ser retirada da análise do conhecimento que o homem já possui e que sabe ser “sintético a priori”: a matemática e a física, a ciência natural. Atenemos para o que diz o próprio Kant (1787, B17; trad. pg. 48) “A ciência da natureza (physica) contém em si, como princípios, juízos sintéticos ‘a priori’.”

Mas levemos em conta que a ultrapassagem do pensamento cientificista para o crítico não poderia tomar lugar sem um progressivo desenvolvimento das ideias kantianas. Tal desenvolvimento também está inserido na problemática científica que lhe originou. Lembremos, entre sua primeira obra e a primeira *Crítica* transcorreram 35 anos! A filosofia transcendental surgiu como resposta a um amadurecimento das ideias científicas, que se mostravam incompatíveis entre si. Desta incompatibilidade irrompe a questão metafísica do fundamento que falta ao *fato* que são as ciências naturais em sua verdade pragmática. Na cronologia das obras kantianas encontramos os indícios desta interpretação de sua evolução filosófica.

⁴ Excelente e completa referência da obra de Kant, entre outras referências, pode ser acessada gratuitamente no sítio do *Manchester College* em www.manchester.edu/kant/Helps/KantsLife.htm. Daí retiramos as referências às obras científicas menores enumeradas na sequência do trabalho.

⁵ Aos 22 anos publica *Gedanken von der wahren Schätzung der lebendigen Kräfte* em 1746, ano da morte de seu pai. *Considerações sobre a estimativa de forças vitais*, numa tradução livre.

Ainda antes de tornar-se *Privatdozent*⁶, em 1755, escreveu para o jornal⁷ local dois artigos⁸. Ambos em 1754 e sobre astronomia. O primeiro acerca da rotação do planeta Terra, e o segundo sobre a sua idade geológica. No ano subsequente continua investigando fenômenos naturais e um desastre em particular direciona suas pesquisas: o grande terremoto de Lisboa⁹. Mas ressaltamos aqui a primeira obra do ano, um texto de modelo newtoniano, evidencia da dupla influência Leibniz-Newton que posteriormente será superada na Estética Transcendental. O texto é a *História natural universal e teoria dos céus*¹⁰ que em seu título completo traz a designação *em acordo com os princípios de Newton*. O início da carreira acadêmica do filósofo de Königsberg se move em redor da física e de seus principais expoentes, Newton e Leibniz.

É perceptível alguma diferenciação no pensamento kantiano em direção à crítica transcendental nos idos de 1768, quando modifica sua posição sobre o espaço. O texto em que demonstra esse passo é *Acerca da fundação última das distinções de direção no espaço*¹¹. Aqui já encontramos elementos fundamentais para a *Crítica da Razão Pura*, em especial neste período pré-crítico posterior (1763-1770). O filósofo percebe que algumas características do espaço não podem ser explicadas unicamente através de interações entre substâncias fundamentais. Esta dificuldade empurrará o espaço para um plano diferente do constituído pela ciência natural, tanto leibniziana quanto newtoniana, obrigando Kant a recolocar o problema metafísico. Esta recolocação é

⁶ Professor privado. Nas antigas universidades da Alemanha o docente só poderia lecionar ao realizar um exame de habilitação *Habilitation Defense* após o qual recebia o título de *Magister Legens*.

⁷ *Wochentliche Königsbergische Frag- und Anzeigungs-Nachrichten*

⁸ *Untersuchung der Frage, ob die Erde in ihrer Umdrehung um die Achse, wodurch sie die Abwechselung des Tages und der Nacht hervorbringt, einige Veränderung seit den ersten Zeiten ihres Ursprungs erlitten habe und woraus man sich ihrer versichern könne, welche von der Königlichen Akademie der Wissenschaften zu Berlin zum Preise für das jetztlaufende Jahr aufgegeben worden. (Investigação sobre a pergunta, se a rotação axial da Terra, através da qual se dão os dias e as noites, mudou desde seu princípio, e se alguém pode ter certeza disto, para a qual a Real Academia de Ciências de Berlim ofereceu um prêmio no ano corrente.), e Ob die Erde veralte Die Frage, ob die Erde veralte, physikalisch erwogen. (Sobre a questão do envelhecimento da Terra, fisicamente considerada.)* respectivamente.

⁹ Três textos sobre o terremoto, um sobre os ventos e uma Monadologia Física são a produção literária de Kant em 1776.

¹⁰ *Allgemeine Naturgeschichte und Theorie des Himmels, oder Versuch von der Verfassung und dem mechanischen Ursprunge des ganzen Weltgebäudes, nach Newtonischen Grundsätzen abgehandelt*. O livro foi publicado anonimamente por Kant e não chegou a fazer sucesso. Em livre tradução: (*História Natural Universal e Teoria dos Céus ou ensaios sobre a constituição e origem mecânica de todo o universo tratada em acordo com os princípios de Newton.*).

¹¹ *Von dem ersten Grunde des Unterschieds der Gegenden im Raume*

vital para a *Crítica da Razão Pura* (1781).

Mesmo durante o período crítico, mesmo após a primeira versão da *Crítica* em 1781, continua Kant a produzir textos de escopo científico. De fato, um ano após sua obra capital escreve um parágrafo introdutório para um artigo reeditado *Notícia aos Médicos*¹² no qual versa sobre a epidemia de Influenza. Seu interesse residia nos aspectos físico-geográficos da doença e sua capacidade de espalhar-se pelo globo. Em março de 1785 escreve ensaio *Sobre os vulcões da Lua*¹³, e em 1786, um ano antes da segunda edição da *Crítica*, surge uma obra que concilia, de modo diverso da *Crítica*, ciência e filosofia: *Fundamentos metafísicos da ciência natural*¹⁴.

O tratamento dado por Kant nesse livro à relação possível entre a metafísica e as ciências naturais é nosso primeiro indício de que qualquer interpretação da *Crítica da Razão Pura* como uma rejeição a metafísica em favor do pensamento estritamente científico passa por cima de pontos importantes da obra kantiana. Esse livro não existiria se a função primordial da *Crítica* fosse uma apologia do conhecimento científico contra a metafísica. Mais estranho ainda seria reeditar a *Crítica* um ano depois de publicar um livro que pretensamente trata do mesmo assunto. No mínimo, podemos inferir que há mais a ser observado que uma dicotomia excludente entre ciência e metafísica na *Crítica*. A atenção que Kant dedica a essa relação em sentidos diferentes do apresentado na *Crítica* ao longo de outras obras, das quais os *Fundamentos metafísicos* são o melhor exemplo junto aos *Prolegômenos*¹⁵, revela ser a polarização excludente, um reducionismo, que como tal merece ser evitado.

A Crítica da Razão Pura não pode ser uma tentativa de fundamentação das ciências, a não ser que se considere uma tentativa preliminar, pois essa tarefa está realizada em outra obra. Permitimo-nos aqui uma separação que pode ilustrar a situação. A *Crítica* lança as bases para a fundamentação, as condições de possibilidade tanto da ciência quanto da metafísica, e deixa por fazer a realização desta fundamentação. O conhecimento científico é tomado na *Crítica* como modelo e paradigma, mas o tema do livro é a própria possibilidade do conhecimento, da própria possibilidade de fundamentar. A estruturação do conhecimento científico será realizada posteriormente nos *Fundamentos metafísicos da ciência natural*, e a fundamentação da metafísica, em sua impossibilidade, gerará a *Crítica da Razão Prática* e toda uma exploração

¹² *Nachricht an Ärzte in Königsbergsche Gelehrte und Politische Zeitungen*, #31, 18 April 1782.

¹³ *Über die Vulkane im Monde*, in *Berlinische Monatsschrift* (March, 1785), pp. 199-213.

¹⁴ *Metaphysische Anfangsgründe der Naturwissenschaften*. (KANT, 1990)

¹⁵ *Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysic, die als Wissenschaft wird auftreten können*. (KANT, 1987).

kantiana no campo da filosofia moral.

Um argumento para essa interpretação é o caráter complementar que atravessa os *Fundamentos metafísicos*. Nesta obra estão avaliadas a química e a psicologia, que não são consideradas ciências naturais. Para Kant, a ciência natural pressupõe uma parte pura, um aspecto *a priori*, do qual a certeza apodítica pudesse derivar. Essa face do conhecimento científico é a metafísica da ciência natural. Em acordo com a *Crítica da Razão Pura*, as formas *a priori* da sensibilidade são condições para esse corpo estruturado. Assim, desenvolvendo as consequências de sua obra capital no campo da ciência natural, Kant afirma: “em qualquer doutrina especial da natureza só poderemos falar de ciência propriamente tanto quanto houver matemática nela.” (KANT, 1786, apud WATKINS, 2007).

Na medida em que a metafísica pouco pode expressar matematicamente estaria automaticamente eliminada da categoria de ciência natural. E de fato está. Ressaltamos novamente, a *Crítica não se destina a pensar a ciência natural, pois se assim fosse não seria a Crítica* seria os *Fundamentos metafísicos*. A fundamentação da ciência natural é posterior à obra principal de Kant. A *Crítica* inicia essa fundamentação na medida em que estabelece a física e a matemática como exemplos de juízos sintéticos *a priori*, mas a análise é interrompida aí e deixada inacabada. A química, a psicologia, as ciências naturais em geral terão seu espaço num trabalho posterior. A *Crítica* continua com seu projeto, não fundante de ciências positivas, mas de investigação das condições de possibilidade da metafísica, da filosofia e da própria razão frente a si mesma.

Está traçado até aqui um esboço de como há um Kant cientista paralelo ao pensamento da *Crítica*. A posição do filósofo frente à ciência se confunde com seu trabalho como produtor dela antes e durante o período crítico. Mas existe uma separação mais radical do que gostariam os partidários da leitura epistemológica de Kant. As obras científicas e as de filosofia metafísica têm cada uma seu lugar no pensamento do autor. Essa simultaneidade desautoriza desde já uma rejeição em favor da ciência natural. De fato, quanto mais maduro se torna Kant, mais produz filosofia moral e menos produz ciência natural.

Na última década de vida, em 1794, Kant nos legou um texto sobre a influência da Lua no clima¹⁶ e uma nota de resposta a um crítico em que discute uma questão

¹⁶ *Etwas über den Einfluß des Mondes auf die Witterung* no *Berlinische Monatsschrift* (Maio de 1794), p. 392-407. Em versão livre: *Sobre a influência da Lua no clima*.

matemática¹⁷ em 1796. Com base nesses cinquenta anos entre sua primeira publicação e a nota de 1796, podemos dizer que durante toda a sua vida Kant foi um cientista. Um cientista *também*; sua obra, de modo algum, se restringe apenas às teorias científicas. Retiramos do paralelismo entre a produção filosófica e científica algumas hipóteses e constatações sobre a compreensão e o impacto do cientista sobre o filósofo. Primeiro, poder-se-ia dizer que não há uma interrupção do trabalho científico kantiano durante sua longa e produtiva carreira. Segundo, constatamos que a necessidade de fundamentar a ciência natural não se mostra (se não de todo, ao menos nunca decisivamente e de forma clara) antes da *Crítica da Razão Pura*.

Concluimos daí duas coisas: primeiramente, a ciência não precisa de fundamentação para se desenvolver e obter resultados. Portanto, melhor que fundamentação, estamos tratando de uma justificação de uma ciência já atuante e profícua. Ainda corrobora essa tese o fato de sua produção científica não ser afetada mesmo após a percepção de uma necessidade de justificação¹⁸. Portanto, a fundamentação ou justificação do conhecimento científico – que já não é ciência, é metafísica – não acrescenta nada de vital ou decisivo para a própria ciência. Acrescenta para a filosofia. A justificação da ciência não é ciência, nem serve para ela. É filosofia, metafísica, e sua função é estruturar a metafísica. Mais uma vez a rejeição da metafísica parece tornar-se uma interpretação pouco razoável para o pensamento kantiano.

Segundo, pela ordem em que a *Crítica da Razão Pura* e os *Fundamentos metafísicos da ciência natural* se dispõem cronologicamente, é razoável crer que algum elemento da *Crítica* é a causa dessa necessidade de justificação. Não parece de todo absurdo a hipótese de Kant ter encontrado em algum lugar da estética transcendental elementos que o permitissem construir uma metafísica específica das ciências naturais. Essa tarefa, uma verdadeira crítica da razão científica, resultaria mais tarde em sua *Fundamentação metafísica da ciência natural*. Aqui fica clara a direção que precisamos tomar para concluir uma descrição do papel da ciência no pensamento kantiano: é preciso adentrar a *Crítica* e enfrentar os problemas da estética transcendental.

¹⁷ *Ausgleichung eines auf Mißverstand beruhenden mathematischen Streits* no *Berlinische Monatsschrift* (Outubro de 1796), p. 368-70. *Resolução de uma controvérsia matemática que se baseia em um mal-entendido*, em versão livre. O crítico em questão foi Johann Albert Heinrich Reimarus (1729-1814).

¹⁸ O texto sobre os vulcões da Lua, de 1785, é escrito entre a *Crítica da razão pura*, de 1781 e os *Fundamentos metafísicos da ciência natural*, de 1786.

A dificuldade enfrentada por Kant entre as teorias sobre o espaço de Leibniz e de Newton encontra uma resposta na *Crítica da Razão Pura*: tempo e espaço, objetos da pesquisa científica, serão transformados em formas puras da sensibilidade. A espacialidade e a temporalidade voltam-se para o plano do observador, são formas como o homem percebe o mundo. “É, pois, indubitavelmente certo e não apenas possível ou verossímil, que o espaço e o tempo, enquanto condições necessárias de toda a experiência (externa e interna), são apenas condições meramente subjetivas da nossa intuição;” (KANT, 1997, A49, p. 83).

Nas páginas iniciais da *Crítica*, está estabelecida a estética transcendental. É a reapropriação do espaço e tempo na perspectiva subjetiva que ultrapassa o mero fenômeno realista da ciência natural. Uma reapropriação inicialmente direcionada pelo olhar epistemológico. E diferente não poderia ser, lembremos a passagem: “Todo interesse da minha razão (tanto especulativa quanto prática) concentra-se nas seguintes três interrogações: 1. Que posso saber? 2. Que devo fazer? 3. Que me é permitido esperar?” (KANT, 1997, A805 p. 639).

Não é afinal sem motivo que a pergunta epistemológica se apresenta como abertura do projeto kantiano. Ela muitas vezes aparenta ser a porta de entrada para seu pensamento, o conhecimento e suas possibilidades iniciam uma sucessão no raciocínio crítico e, portanto, as bases que lançam determinarão a apreensão dos temas que o sucedem. A saber, a metafísica. Relevante é bem marcar a posição da questão epistemológica¹⁹ como parte do projeto, e não o próprio todo, para buscar sua função nele.

A posição é determinante no primeiro passo epistemológico da *Crítica*. A pergunta pelo tempo e espaço deixa de ser respondida imediatamente através do conhecimento dos entes e passa a ser interpolada por uma questão prévia acerca do próprio modo de conhecer esses entes. O que antes correspondia à questão “Que são o tempo e o espaço?” será substituído por “Como conheço o tempo e o espaço?”, e somente tendo resposta a essa pergunta se coloca seu corolário “Que são então o tempo e o espaço?”.

¹⁹ Tanto o domínio do viés epistemológico sobre a questão do espaço e tempo, como o perigo que representa esta posição são reconhecidos pelos acadêmicos. Exemplo é Strawson: “Estas são três direções da preocupação filosófica mais que três preocupações filosóficas diferentes. A teoria do ser, a teoria do conhecimento, e a teoria da linguagem não são de fato separáveis; [...] Tornar o segundo aspecto, o epistemológico, destas preocupações o aspecto dominante, como Kant torna, não é algo ruim em si mesmo, apesar de, como seu próprio exemplo espetacularmente demonstra, tem seus perigos” (STRAWSON, 1999, p. 47).

A função desta investigação, porém, não se esgota numa redefinição de dimensões naturais ou transcendentais. Posteriormente na obra surge novamente a dicotomia entre os posicionamentos científicos correntes e suas incompatíveis soluções. Trata-se da primeira antinomia. Aqui se apresentam as consequências da virada kantiana para os conceitos metafísicos tradicionais. E como resultado desta reformulação de conceitos, a própria metafísica será reestruturada. Assim a questão científica leva à questão metafísica do fundamento, esta torna sobre as ciências da natureza e retorna através do modelo científico para o fundamento metafísico em sua nova estrutura. O modelo do conhecimento científico é o meio para o resgate da questão metafísica em suas condições de possibilidade.

A função dos conceitos, antes científicos, da ciência natural torna-se metafísica na exposição da possibilidade de formulação de um conceito da cosmologia racional, na primeira antinomia. No fundo, a questão dessa parte da *Crítica* é a condição de possibilidade da metafísica. A resposta negativa, de modo algum, deixa de ser uma resposta. A decidibilidade da questão metafísica em comparação com as questões da ciência natural é o que se revela nas antinomias. Sobre tais disputas, esclarece Zeljko Loparic:

O objetivo principal do programa kantiano da crítica da razão pura, tanto teórica quanto prática, foi precisamente evitar tais disputas [antinomias], introduzindo a distinção entre os problemas solúveis e não-solúveis pela razão humana. Para Kant, a crítica da razão pura desemboca necessariamente em uma teoria de solubilidade (decidibilidade) dos problemas necessários da razão pura. (LOPARIC, 2005, p. 116).

A filosofia, antes de descrever a realidade, precisa estabelecer os critérios sobre aquilo que pode ou não ser objeto de sua atividade. As variadas opiniões e sistemas incompatíveis da história do pensamento filosófico, além de criar embaraço, desautorizam a filosofia enquanto saber. Situação agravada frente ao crescente domínio das ciências naturais experimentado no século XVIII. Kant precisava resgatar a filosofia. Para isso, precisava afastar a principal causa do embaraço e descrença que a rondava: suas antinomias e teses contrárias. Para isso precisava decidir o que é um problema filosófico e o que não é.

Por mais que a dualidade de interpretação do pensamento kantiano entre filósofo empirista ou idealista encontre respaldo em seus defensores, o ponto de partida, a busca pelas condições de possibilidade da própria filosofia, não oferece polêmica de relevo dentro da academia. “A primeira tarefa da filosofia é estabelecer

seus próprios limites” (STRAWSON, 1999, p. 17).

Estabelecendo os limites da filosofia em comparação com o conhecimento produzido pelas ciências naturais, logo estaremos diante de um problema: o estatuto da metafísica. A metafísica como desenvolvida pelos predecessores do pensamento kantiano se mostra contraditória em suas conclusões. Contraditório, seja isto bem entendido, no sentido de ferir os princípios básicos da razão pura. No caso das antinomias, em particular da primeira que versa sobre o espaço e o tempo, Kant demonstra terem seus predecessores defendido teses opostas em relação ao mundo que, na verdade, são ambas falsas. Configura-se então uma violação ao princípio racional do terceiro excluído. A conclusão então é que a possibilidade de qualquer das teses deve ser afastada. A contradição é o penúltimo passo do argumento formal *reductio ad absurdum* elaborado para inviabilizar a tese maior da metafísica especial, cosmologia racional no caso, de que podemos ter experiência do mundo.

Contudo nada parece mais claro do que isto: de duas afirmações, uma que afirma que o mundo tem começo e a outra sustenta que o mundo não tem começo e existe desde a eternidade, uma delas deverá ter razão. Se assim for, porém, como a clareza é igual de ambas as partes, será impossível apurar jamais qual delas tem o direito pelo seu lado e o conflito perdurará, embora o tribunal da razão lhes tivesse imposto silêncio. Só nos resta um meio de pôr termo à contenda com satisfação das duas partes, o de as convencer que, se podem tão perfeitamente refutar-se uma à outra, disputam por nada e que uma certa aparência transcendental lhes representou uma realidade onde não a há. (KANT, 1997, A501, p. 443).

A conclusão do argumento *ad absurdum* serve como indício do papel subsidiário que os conceitos da física e matemática têm no projeto da *Crítica*. Isso vale ao menos no que diz respeito aos conceitos metafísicos. O mundo será redimensionado como ideia transcendental após a percepção de que a razão pura não é suficiente para formular tal conceito. Assim, toda a antinomia visa estabelecer o ponto de partida para este redimensionamento, provar sua necessidade e impossibilidade enquanto ciência natural. Os conceitos de espacialidade finita e infinita, assim como os de temporalidade finita e infinita, são as premissas do raciocínio que visa de fato retirar a cosmologia racional da esfera da razão pura. Esta, no que diz respeito à ideia cosmológica, resulta em contradição. Está surgindo a necessidade, o caminho, para a razão prática.

A razão pura expõe aquilo que a filosofia não é e nem pode ser: uma ciência. Se o fosse acabaria em conhecimento contraditório. Resta a tarefa de dizer aquilo que a filosofia é. Sem isto o resgate da filosofia se tornaria seu funeral. Aos que levantam

a hipótese de que seja exatamente esse o sentido da *Crítica*, um funeral, é fácil responder. Se assim fosse, o livro teria talvez terminado com as antinomias. De fato, talvez tivesse apenas um terço de seu volume, isto ainda sem levar em consideração sua continuação na *Crítica da Razão Prática*. A organização das ideias nas palavras do próprio Kant supõe as duas teses contrárias. A tese “O mundo tem um começo no tempo e é também limitado no espaço” soma-se à antítese “O mundo não tem nem começo nem limites no espaço; é infinito tanto no tempo como no espaço” (KANT, 1997, B455, p. 393). Esse é o disjuntivo que se presume analítico, necessariamente verdadeiro, segundo a razão pura. O princípio que garante essa necessidade é o conhecido princípio lógico do terceiro excluído. Se tivermos uma alternativa entre dois opostos, um deles sendo falso torna o segundo verdadeiro; em qualquer disjuntivo, basta que uma das alternativas se mostre verdadeira para que o enunciado composto se torne verdadeiro.

Nesse ponto da prova, Kant demonstra que tanto o mundo não pode ser finito no espaço como não pode ser infinito. O mesmo é feito em relação ao tempo. Foge ao nosso objetivo a lisura e efetividade desses argumentos. Nossa preocupação é a função e a recepção da filosofia kantiana e sua relação com a ciência. O importante aqui, para o passo da demonstração, é entender por que ela foi feita, não os detalhes de como ela foi feita. Ponto que precisa ser observado é que o tribunal da razão pura nesse passo é julgado pelo conhecimento que a tradição legou sobre o espaço e o tempo. Inverte-se o papel da razão que só poderá ser formalmente demonstrada como contraditória se os termos contraditórios que formam o disjuntivo não encontrarem correspondente factível. A razão pura, ao menos nesse passo, é inteiramente dependente na sua demonstração do conteúdo sobre o qual se debruça.

O resultado a que se chega com a dupla impossibilidade é uma contradição formal. Um disjuntivo entre termos contrários é uma tautologia, é necessariamente verdadeiro. Se uma tautologia disjuntiva tem seus dois termos contrários falsos, ferirá o princípio do terceiro excluído. Enfim, da contradição surge a redução ao absurdo. Se há um mundo como o afirma a cosmologia racional, podemos, usando a razão pura, estabelecer o disjuntivo tautológico. O disjuntivo não pode ser formulado, a contradição o impede. Então, por *modus tollens*, na negação do conseqüente se encontra a prova de que não há um mundo. A cosmologia racional se debruçou sobre um objeto que de fato não corresponde às exigências da razão pura, por gerar contradição. Para a razão pura, não há mundo nem é possível que haja.

Kant retira do alcance da razão pura não o tempo e o espaço, até porque são partes do argumento que resulta na redução ao absurdo, mas o conceito cosmológico de mundo. Conceito que estava na origem de muitos dos embaraços que a filosofia sofria em defender teses antinômicas sem conseguir decidir por qualquer uma delas. Kant soluciona o problema da decidibilidade por via negativa, tenta demonstrar que não é possível decidir sobre o mundo da cosmologia por não ser ele um objeto ao alcance da razão pura. Parte dessa decisão pela impossibilidade está fundada no conhecimento que possui sobre tempo e espaço, conhecimento que atende às exigências da razão pura, conhecimento científico. A ciência está na base da solução kantiana para a questão da decidibilidade dos problemas metafísicos.

3 Kant pensador da moralidade

No campo da moralidade encontramos alguns elementos que permitem uma aproximação entre a epistemologia kantiana e seu estudo do conhecimento ético. Apesar da maior parte da obra moral kantiana vir a público posteriormente a uma já extensa produção estritamente científica, podemos dizer que a vida do autor o fez antes um moralista que um cientista. A moralidade estava presente na formação pietista rigorosa e no seu encantamento com a obra de Espinoza e Rousseau.

A primeira obra em que identificamos uma preocupação com temas morais é de 1759 (a primeira científica é de 1746), um ano após o início da ocupação russa de Königsberg, que perduraria até 1762. Trata-se de um estudo sobre o otimismo²⁰. Kant já dava aqui aulas há quatro anos e sua situação financeira, apesar de ainda não estabilizada, estava melhor e o permitia afastar-se da função de preceptor. A idade, 35 anos, certa estabilidade que conseguira, a proximidade de uma invasão estrangeira, e até mesmo um concurso²¹ parecem ter colocado o pensamento kantiano em uma direção que sempre fora apontada por seus pais: o caminho da ética.

O pietismo de sua família foi a base moral que perpassou a formação de Kant. Quarto filho de pais humildes, ele foi o único a se graduar e ascender a uma posição social melhor. O que a trajetória do filósofo mostra é uma evolução de uma juventude que enfrenta suas raízes religiosas em direção ao conhecimento estritamente científico e amadurece em um retorno ao pensamento moral, já marcado e filtrado pela ciência. A

²⁰ *Versuch einiger Betrachtungen über den Optimismus von M. Immanuel Kant, wodurch er zugleich seine Vorlesungen auf das bevorstehende halbe Jahr ankündigt. Den 7. October 1759*

²¹ O ensaio citado anteriormente começou como uma resposta ao prêmio para ensaios da Academia Prussiana de Ciências anunciado em 1755.

tarefa parece ser de uma reapropriação da moralidade sob termos que possa conciliar com sua base científica. Talvez o impulso do pensamento epistemológico esteja nessa missão de conciliação, a ciência está sendo, como dito anteriormente, usada como fator de decidibilidade. O método científico é o modelo que será usado para reconstruir a moralidade.

Esta hipótese que retiramos de uma breve análise cronológico-biográfica precisa encontrar consistência na obra moral relevante de Kant. Sem possibilidade, como no caso da produção epistemológica, de esgotar esse ponto, elegemos a *Fundamentação da metafísica dos costumes* e a *Crítica da Razão Prática* como fontes primárias da moralidade kantiana.

Já no prólogo da *Fundamentação*, que não deixa de ser preparatória da *Crítica da Razão Prática*, Kant faz uma separação que indica sua percepção da estrutura do conhecimento. Para ele há três grandes áreas na filosofia que correspondem ao conhecimento lógico, ético e físico. Em sua divisão, que atribui à herança grega, separa-se a filosofia formal, das leis lógicas, da filosofia material. A filosofia material versa sobre as leis que regem os objetos materiais, as leis da natureza e da liberdade estudadas pela física e pela ética. A separação chega a ser comparada com a necessidade social da divisão de trabalho:

Todas as indústrias, artes e ofícios ganharam muito com a divisão do trabalho. Necessariamente, à medida que cada um, em lugar de tudo fazer, limita-se a certo trabalho – que pela sua técnica se distingue de outros – pode executá-lo com a maior perfeição e com mais facilidade. Tem-se daí que, onde o trabalho não está assim diferenciado e repartido, onde cada homem é um artífice universal, reina ali, em seus ofícios, um estado de absoluta barbárie. (KANT, 2006 p. 14)

Apesar deste elogio, no que tange a sua obra Kant está mais próximo do artífice universal que do filósofo especializado em uma área qualquer. O próprio livro da *Fundamentação* onde envereda no campo moral é prova disso. Essa atitude só faz sentido se levamos em consideração que tanto a epistemologia, quanto a moralidade são faces de um mesmo objeto. O filósofo para Kant tem seu objeto próprio, a filosofia é uma só, e dele derivam as especializações.

A primeira observação a ser feita é sobre o senso de totalidade que perpassa desde o início a obra moral de Kant. Existe uma distinção entre o conhecimento da lei natural e da lei moral, mas ambas se complementam na estrutura da filosofia material. Ética e ciência são estudos acerca de normas materiais – umas naturalmente, fisicamente determinadas, outras livremente, eticamente determinadas. A compreensão

da relação entre ética e ciência se constrói na descrição de sua separação de um solo comum na filosofia material, e, note-se, de aspectos normativos. Afinal a física e a ética estudam leis! A distinção surgirá na caracterização dessas leis, de seu funcionamento, alcance e consequências.

Kant determinará ainda no prólogo a maneira como poderá desenvolver sua distinção em busca da lei moral: a razão. A distinção que buscamos compreender entre o científico e o moral se projeta e revela sua raiz na separação da razão pura especulativa e razão pura prática. A dicotomia entre razão pura e prática é um erro comum, por não levar em consideração que a *Crítica da Razão Prática* consiste em um estudo da razão pura aplicado às leis da liberdade. A razão prática é apenas um nome abreviado para a razão pura prática. A *Fundamentação da metafísica dos costumes* é um passo preparatório para esse estudo. Diz Kant em parágrafo:

Com o intuito, pois, de publicar sem demora uma metafísica dos costumes, começo publicando esta fundamentação. Na verdade, não há propriamente nada que lhe possa servir de fundamento que não a crítica de uma razão pura prática, assim como para a metafísica o é a crítica da razão pura especulativa, já publicada. [...] para que a crítica de uma razão pura prática possa ser completa e acabada, exijo que se possa demonstrar simultaneamente a sua unidade com a razão especulativa em um princípio comum; o final e os resultados não podem ser mais do que uma só e mesma razão, que só na aplicação se deve diferenciar. (KANT, 2006 p. 17)

Observação interessante sobre esse trecho é a comparação analógica entre o papel da metafísica para a *Crítica da Razão Pura* e o papel da *Fundamentação* para a *Crítica da Razão Prática*. Considerada a perspectiva apontada na primeira parte do trabalho, a decidibilidade da metafísica como ponto do estudo na *Crítica da Razão Pura*, podemos paralelamente entender a *Crítica da Razão Prática* como estudo acerca da decidibilidade, das condições de possibilidade, da separação entre questões solúveis e insolúveis, da fundamentação metafísica dos costumes. A razão pura decide sobre a metafísica a partir da natureza, a prática decide sobre a metafísica a partir dos costumes. A razão pura trata da derivação de leis universais sobre a natureza e seu conhecimento *a priori*, a razão prática trata de leis universais do comportamento e sua derivação *a priori* como conhecimento moral. Não será surpreendente, partindo-se dessa perspectiva, encontrar no desenvolvimento da obra moral o mesmo trajeto da obra científica: a busca pelo juízo sintético *a priori* e seu estabelecimento dentro de um sistema racional.

A marca racionalista herdada de Christian Wolff e que remonta a Leibniz transparece na necessidade de uma moral absoluta, universal. Kant não poderia

renunciar a essa ambição racionalista, e daí seu projeto de crítica atingir o racionalismo dogmático. Ele desenvolve um processo de purificação da razão em busca de princípios *a priori*. Esta dialética entre um dogmatismo racionalista e o desespero de um ceticismo empirista (resultado da leitura de David Hume) produz uma renovada busca da razão a partir das condições *a priori* de seu próprio funcionamento. A moralidade e a ciência são os dois frutos desse processo de purificação da razão desenvolvido a partir da necessidade universal racionalista e da contingência da evidência experimental.

A estruturação racionalista aparece também no prólogo como prenúncio do plano kantiano na elaboração de sua obra moral:

a lei moral em sua pureza e autenticidade – e é bem isso o que mais importa na prática – não deve ser buscada em parte alguma que não seja uma filosofia pura, e essa metafísica, portanto, deverá vir em primeiro lugar, sem ela não havendo nenhuma filosofia moral; e aquela que mistura os princípios puros com os empíricos não merece o nome de *filosofia*; (KANT, 2006 p. 16)

A contingência do dado empírico que é enfrentada na *Crítica da Razão Pura* também se apresenta como problema na *Fundamentação* e passa pelo mesmo processo de investigação pelas condições puras de sua compreensão. Essa contingência se revela no conceito kantiano de ações por dever, e na impossibilidade de identificá-las a partir da experiência.

A separação dos tipos de ação consiste em ações por dever, autonomamente determinadas, e a ação conforme o dever, que pode ou não ter o mesmo resultado da ação por dever, mas é heteronomamente determinada. Dessa divisão surgem questões vitais para o projeto cuja estrutura tentamos delinear: a importância da autonomia da vontade como princípio no qual se fundamenta a ação moral, e uma consequência problemática, a impossibilidade empírica de distinção entre os dois tipos.

Na realidade, é absolutamente impossível determinar por experiência e com absoluta certeza um único caso em que a máxima de uma ação, de resto em tudo conformada ao dever, se tenha baseado puramente em fundamentos morais e na representação do dever. Pois ocorre por vezes que, apesar do mais penetrante exame de consciência, fora do motivo moral nada encontramos que fosse suficientemente forte para nos impelir a tal ou qual boa ação ou a tal grande sacrifício. Mas disso não se pode concluir com certeza que não tenha sido um impulso secreto do amor-próprio, oculto sob a mera capa daquela idéia, a verdadeira causa determinante da vontade. (KANT, 2006 p. 37)

Não podendo manter-se presa ao meramente empírico, a moralidade, tal como no caso do conhecimento científico, deve buscar o universal através da crítica da

racionalidade que a envolve. A crítica do conhecimento moral implica a busca das condições racionais de sua construção, e ela deve encontrar um princípio *a priori* em que se apoiar. A construção tem o molde do argumento cartesiano que busca uma única certeza em que basear todo o sistema, é a própria moldagem arquetípica do racionalismo.

Na razão pura especulativa, o conhecimento científico escapa da contingência empírica através das formas puras da sensibilidade firmadas na *Estética Transcendental* – espaço e tempo –, na razão prática, este princípio corresponde ao conceito de autonomia da vontade.

Em mais um claro paralelo com o tratamento dado ao conhecimento estritamente científico, Kant encontra um meio específico através do qual podemos apreender o princípio da autonomia da vontade e com ele construir o conhecimento moral, ou conhecimento da razão pura prática. Esse meio corresponde ao juízo sintético *a priori*.

O conhecimento se expressa através de juízos, e nada mais coerente que de diferentes tipos de conhecimento derivem diferentes tipos de juízo. No empreendimento de determinar a decidibilidade da metafísica enquanto ciência, Kant separou os juízos que produzem ciência dos que não produzem. A sistemática do juízo kantiana, portanto, é um passo obrigatório em seu pensamento, e aqui o paralelismo é válido: a necessidade vale tanto para o conhecimento estritamente científico quanto para o moral.

Os juízos na *Crítica da Razão Pura* se dividem em sintéticos e analíticos. O primeiro aumenta aquilo que o sujeito de um predicado qualquer informa em seu conceito, adiciona informação sobre o sujeito que não está já conscrita à sua definição. O juízo analítico é a tautologia lógica, a mera circularidade de dizer do sujeito que ele é o que é, ou informar sobre um conceito algo que está já contido na própria definição do conceito.

A segunda divisão separa juízo *a priori* de juízo *a posteriori*. O primeiro estabelece sua possibilidade anteriormente à experiência, escapa assim da contingência problemática do empirismo comum. *A priori* significa não uma anterioridade meramente cronológica, mas ontológica. O que pode ser estabelecido *a priori* e assim gerar juízos são condições de possibilidade, pressupostos já pré-compreendidos que fundamentam a formação dos fenômenos. O juízo *a posteriori* é aquele cujo conteúdo é retirado da experiência, posteriormente ao processo de formação do fenômeno.

O estabelecimento de um conhecimento que solucionasse a dificuldade dialética entre a necessidade do universal racionalista e o apelo da evidência empírica

só foi atingido na união da característica sintética dos juízos com o apriorismo que o universaliza. O juízo por excelência do conhecimento da razão pura especulativa, a ciência, é formado por juízos sintéticos *a priori*.

O conhecimento moral, da razão pura prática também deve escapar ao mesmo dualismo problemático do racionalismo com o empirismo. O esforço realizado na *Crítica da Razão Pura* se renova no estabelecimento da forma apropriada dos juízos de conhecimento moral. Eles não receberam exatamente o mesmo nome dos seus pares da razão especulativa, mas continuam compartilhando sua estrutura: são os juízos sintéticos-práticos *a priori*. O paralelismo com a razão pura especulativa é perceptível em trecho dos *Fundamentos*:

o princípio da dificuldade suscitado por esse imperativo categórico ou lei da moralidade (a dificuldade de reconhecer a possibilidade desse imperativo) é também bastante grande. Ele é uma proposição sintético-prática²² a priori, e posto que a explicação da possibilidade das proposições desse gênero implica tamanha dificuldade no conhecimento teórico, já se deixa ver que no campo prático essa dificuldade não será menor. (KANT, 2006 p. 50-1)

O imperativo categórico, fundamentado na autonomia da vontade, corresponde aos juízos da física e matemática, fundamentados nas formas puras da sensibilidade, da *Crítica da Razão Pura*. A lei moral não pode, se pretende desenvolver-se através do processo da crítica, ser estabelecida por juízos hipotéticos. A heteronomia inerente ao juízo hipotético quando aplicada à moralidade leva a um jogo de punição e recompensas que diminui o homem ao plano do animal. A autonomia da vontade garante ao homem aquilo que o afasta desse jogo: a liberdade. Se a ação moral fosse estabelecida na razão como jogo de pesos e contrapesos das consequências, o conhecimento moral se resumiria a uma economia da ação. O homem não poderia escolher agir de modo livre, pois sua vontade estaria atrelada ao maior ganho nesse jogo. O problema é que nem sempre a ação correta se decide através dessa economia.

O ser humano precisa ser compreendido como uma finalidade em si mesmo. Sem essa compreensão, sua própria ética cai no plano do jogo condicionado das punições e recompensas. A humanidade é livre, maior que um mero objeto usado para

²² No texto kantiano há uma nota neste termo. Reproduzimos a nota que é bastante útil para compreender como Kant deriva da autonomia da vontade o traço *a priori* de sua moralidade: “Relaciono à vontade, sem condição pressuposta de qualquer inclinação, o ato a priori – e, portanto, necessariamente (posto que só objetivamente, isto é, partindo da ideia de uma razão que teria pleno poder sobre todas as causas subjetivas do movimento). Essa é uma proposição prática, que não deriva analiticamente o querer de uma ação de outra anteriormente pressuposta (pois não temos vontade tão perfeita), mas sim que o relaciona imediatamente ao conceito da vontade de um ser racional de modo imediato, como algo não contido nela.” (KANT, 2006 p. 51 nota 8)

determinados planos que são estranhos à sua própria essência. O primeiro passo para explorar o princípio que revela o apriorismo da moralidade kantiana passa pela elaboração de uma compreensão do homem como fim, e não como meio, para realizar a norma moral.

Mas supondo que haja alguma coisa cuja existência em si mesma tenha um valor absoluto e que, como fim em si mesma, possa ser o fundamento de determinadas leis, nessa coisa, e somente nela, é que estará o fundamento de determinadas leis, nessa coisa, e somente nela, é que estará o fundamento de um possível imperativo categórico, quer dizer, de uma lei prática. Agora eu afirmo: o homem – e, de uma maneira geral, todo o ser racional – existe como fim em si mesmo, e não apenas como meio para o uso arbitrário desta ou daquela vontade. (KANT 2006 p. 58)

O segundo passo para esclarecimento do princípio *a priori* da moralidade é dar perspectiva à finalidade incondicionada do ser humano no argumento kantiano. Essa absoluta prioridade do homem é o reflexo do seu sistema ético baseado no imperativo categórico. Compreender sua função no pensamento moral implica entender como o homem é o resultado de uma trajetória de raciocínio.

Em síntese podemos dizer que o argumento moral inicia postulando a necessidade de uma lei moral que não dependa de fatores externos para sua determinação. A lei moral não pode ser determinada por uma recompensa religiosa ou um fator político ou mesmo natural. Daí decorre a necessidade de uma lei moral formulada através do imperativo categórico, uma norma não hipotética, incondicionada e, portanto, autônoma.

A autonomia da moralidade só pode ocorrer, por sua vez, se aquilo que determina a ação e sua realização, ou seja, a vontade, também for autonomamente orientada. A autonomia da vontade é pressuposto do imperativo categórico, que é condição de possibilidade de uma lei moral.

A vontade autônoma é exigência *a priori* da moralidade, não é possível uma ação moral sem valor em si mesma. Uma ação moral cujo valor dependa de um resultado ou aprovação de um tribunal que não a razão prática não pertence à ética. A vontade racional do homem deve ser a única responsável por impor a si mesma a lei moral. A autonomia depende dessa auto-atribuição do dever.

O passo seguinte implica o resultado a que Kant chega com o raciocínio: se a lei moral é imposta pela vontade no exercício de sua autonomia, ela deve valorar a própria possibilidade de sua imposição. A autonomia da vontade vale por si e em si. O fim autônomo da ação moral é aquilo mesmo que a torna possível, o homem naquilo

que tem de mais humano: sua liberdade.

A autonomia da vontade desenvolve-se naquilo que dá conteúdo ao imperativo categórico: o homem enquanto finalidade. Com a moralidade Kant se aproxima mais de sua pergunta primitiva “Quem é o homem?” e de sua resposta, a liberdade. Liberdade é o postulado em que repousa a construção sistemática da moralidade kantiana.

4 A Ponte Heideggeriana

As conclusões a que chegamos com as breves análises da ciência e da moralidade em Kant apontam duas perspectivas: a busca da decidibilidade como marca de seu pensamento científico, e o postulado da liberdade como fundamento de sua moralidade. É preciso pensar em uma articulação única para esses princípios se desejamos encontrar algum ponto de apoio que permita aproximar a ciência da moral em uma perspectiva kantiana. Na obra do filósofo a articulação programática está presente, os campos são distintas elaborações críticas da razão pura. Mas buscaremos agora determinar o solo comum de onde parte essa distinção, a raiz que permite à razão pura desdobrar-se tanto em um pensamento científico, quanto em pensamento moral.

A trilha que seguimos é percorrida pelo existencialismo. O postulado da liberdade na razão prática²³ e a busca por uma ciência rigorosamente (cuja decisão possa ser estabelecida seguramente) desenvolvida²⁴. Entre a ciência e a liberdade encontra-se na teoria de Martin Heidegger, fenomenólogo da existência, a ontologia. Os resultados que a fenomenologia existencial apresenta são em boa medida respostas compatíveis com a problemática derivada da obra kantiana entre ciência e moralidade.

O ponto central do argumento heideggeriano é mostrar que Kant e sua obra não podem ser caracterizados nem de modo estritamente científico, nem de modo moralista. Para Heidegger, Kant é um metafísico, desenvolveu uma reflexão essencialmente ontológica da qual tanto ciência quanto moral são aspectos derivados.

Como parte final deste trabalho, faremos uma apresentação da interpretação heideggeriana do pensamento de Kant. A base da apresentação é a comparação

²³ Talvez o mais conhecido foco do existencialismo graças ao alcance da divulgação literária sartreana: estamos condenados à liberdade.

²⁴ O princípio básico que origina a fenomenologia de Husserl, a busca das coisas mesmas. A fenomenologia das *Investigações lógicas* busca dar estatuto ontológico para a ciência lógica de modo análogo (no que concerne a decidibilidade kantiana) ao procedimento kantiano. Daí a aproximação natural de nosso tema com a fenomenologia existencial heideggeriana.

do pensamento de Heidegger, principalmente a partir de sua obra *Ser e tempo*, e seu projeto de ontologia fundamental, com a análise fenomenológica que realiza do pensamento kantiano. Deste exercício esperamos retirar elementos filosóficos que ajudem a formar uma resposta existencial para a relação entre ciência e ética.

5 A interpretação heideggeriana do projeto kantiano

A interpretação heideggeriana do pensamento kantiano é um polêmico e extenso assunto. Nesta altura do trabalho, resumimo-nos a investigar a presença de Kant em dois momentos: em *Ser e tempo* e na *Interpretação fenomenológica da crítica da razão pura*, nos quais encontramos valiosos argumentos para confirmar a ruptura com uma visão epistemológica do pensamento de Kant e conseqüentemente de uma relação inerente entre a moral e a ciência a partir da ontologia.

A polêmica da interpretação heideggeriana consiste em seu posicionamento quanto à relação entre o pensamento da *Crítica* e a metafísica: para Heidegger, a *Crítica da Razão Pura* é uma fundamentação da metafísica. Ainda mais, uma fundamentação da metafísica enquanto ciência.

Podemos formular resumidamente as convicções básicas de Kant sobre a natureza da filosofia dizendo: Filosofia é metafísica. A *Crítica da Razão Pura* nada mais é que o estabelecimento do fundamento da metafísica como ciência e, portanto, dar fundamento para a “filosofia pura” como tal. “Crítica da razão pura” significa estabelecer o fundamento para a metafísica como ciência. (HEIDEGGER, 1928a, p. 8)²⁵.

Uma posição polêmica para os estudos kantianos na época, marcadamente frente a Hermann Cohen e seu aluno Paul Nartop (depois professor de Cassirer), partidários de uma visão epistemológica e matemática da *Crítica da Razão Pura*. Ambos herdeiros de um anti-idealismo que relega a segundo plano a fundamentação crítica de uma nova metafísica sobre a base da razão prática. Kant é compreendido em termos prioritariamente relacionados à *Crítica da Razão Pura*, e os temas “especulativos” da dialética transcendental são preteridos em favor da problematização teórico-cognitiva e teórico-científica²⁶.

²⁵ Em várias outras passagens, reafirma-se essa posição. Vide HEIDEGGER 1928a, p. 115, 165.

²⁶ Essa percepção apontada por Heidegger (1928a, p. 46) não é de forma alguma uma visão isolada. Conferir: HÖFFE, 2005, p. 332-4; inclusive sua alusão à originalidade de Heidegger e sua relação com Husserl e Fichte (p. 337).

Escrita em 1927, o conteúdo da citação reaparece em 1929 logo na primeira frase do *Kant e o problema da metafísica*: “A seguinte investigação se propõe a tarefa de interpretar a *Crítica da razão pura* de Kant como uma fundamentação da metafísica” (HEIDEGGER, 1929, p. 11). Também destacada da proposta da escola de Marburgo, na qual Heidegger trabalhava na época, que atribuía à *Crítica* um conteúdo eclético no qual se incluía especulação metafísica. Representantes dessa escola foram Heinz Heimsoeth e Nicolai Hartmann. Assim, mesmo que não sozinho no resgate da metafísica que habita a *Crítica da Razão Pura*, Heidegger se destaca pela radicalidade: a *Crítica* fala fundamentalmente da metafísica. Essa afirmação não se encontra em outro pensador.

A radicalidade da interpretação heideggeriana não passou despercebida no meio filosófico como atesta a famosa “disputa de Davos” entre Heidegger e Ernst Cassirer no ano de 1929. Apenas quatro anos após o primeiro curso de Heidegger sobre Kant e suas opiniões chegaram a provocar um embate com o autor da *Filosofia das formas simbólicas*, editado no mesmo ano.

Nesse debate, Heidegger é forçado a posicionar-se frente aos neokantianos já na primeira pergunta de Cassirer, evidenciando a oposição formada no meio acadêmico e a novidade mesclada ao estranhamento que o pensamento heideggeriano suscitava.

Cassirer: – Que entende Heidegger por neokantismo? Qual é o inimigo contra o qual se dirige Heidegger?

Heidegger: – Se em primeiro lugar devo começar citando nomes, diria: Cohen, Windelband, Rickert, Erdmann, Riehl. [...] Entendo por neokantismo a concepção da crítica da razão pura que explica a parte da razão pura que leva à dialética transcendental, como teoria do conhecimento com relação à ciência natural. (HEIDEGGER, 1929, p. 211) ²⁷.

O debate com os neokantianos com certeza estimulou a produção heideggeriana acerca da *Crítica da Razão Pura*, mas não foi de forma nenhuma uma inspiração. Primeiro, a discordância em relação ao tema fundamental da *Crítica* não permite dizer que há influência positiva dos neokantianos no pensamento de Heidegger. Segundo, não há uma construção heideggeriana sobre Kant seguindo uma via negativa quanto à teoria do conhecimento dos neokantianos. As diferenças entre o pensamento de Heidegger e de seus opositores estavam fundadas no projeto no qual Heidegger encaixa a filosofia de Kant: para ele, a fundamentação da metafísica é um problema

²⁷ Disputa de Davos entre Ernst Cassirer e Martin Heidegger, citada do apêndice da edição mexicana de *Kant e o problema da metafísica*.

de ontologia fundamental.²⁸

Ontologia fundamental é a metafísica do *Dasein* humano. É exatamente aqui que se revela a diferença entre o pensamento de Heidegger e seu projeto de ontologia fundamental e a ontologia fundamental insuficiente de que Kant se acerca através da fundamentação da metafísica: o papel da finitude, do homem.

Para chegar à confirmação dessa suspeita adiantada, cabe percorrer, porém, o caminho da interpretação heideggeriana. Seu controverso ponto de partida é o entendimento da *Crítica da Razão Pura* como fundamentação da metafísica. Com isso Heidegger quer mostrar que a busca pelo juízo sintético *a priori* não é meramente uma procura por justificação²⁹ para a matemática e a física newtoniana, mas uma busca pelas condições de possibilidade do conhecimento.

Essa condição possui um modelo, o paradigma científico-matemático da ciência. Mas o paradigma não se esgota na questão ôntica sobre o funcionamento dos entes e suas características. Toda ciência objetifica seu campo, um conjunto de entes dentro de uma compreensão do todo. A objetificação promovida pelo conhecimento científico é sempre precedida de uma compreensão de mundo apropriada para a previsão e descrição do comportamento das coisas.

Esse horizonte prévio ao campo restrito dos objetos científicos o funda enquanto condição de possibilidade³⁰. O horizonte é o sentido ontológico, a compreensão do ser em geral que perpassa o entendimento de qualquer ente em particular. Aqui está montado o raciocínio heideggeriano. A principal condição de possibilidade para o juízo sintético *a priori*, para a ciência matemática, para o próprio conhecimento, é o horizonte ontológico que o precede e fundamenta. Se Kant quer encontrar um modo de fundamentar a possibilidade da ciência, ele está basicamente procurando pelo fundamento desse horizonte ontológico. Kant estará buscando os fundamentos da ontologia.

Não há uma repulsa da ciência matemática, positiva, no pensamento heideggeriano. Tal forma de apreender o mundo é apenas mais uma das manifestações metafísicas do homem. Como manifestação humana, retém em si como horizonte originário o fundamento ontológico que perpassa o próprio homem como um todo. Daí

²⁸ HEIDEGGER, 1929, p. 11.

²⁹ As questões presentes na *Crítica* não são para Heidegger de modo algum *quaestio juris*. Vide HEIDEGGER, 1928a, p. 209, onde atribui o exagero do caráter jurídico aos neokantianos. “sempre é válido procurar e percorrer seus labirintos[de Kant] e proteger Kant dos Kantianos.” (1928a, p. 210) ou “Somos por Kant contra o Kantianismo.” (1928a, p. 190).

³⁰ Aqui se insere a questão da decidibilidade colocada por Loparic (2005) já enfrentada anteriormente.

podermos regredir, e não progredir, no conhecimento científico ôntico em direção ao conhecimento ontológico. Heidegger não é de forma alguma um inimigo das ciências positivas, nem poderia ser.

Enfim, Heidegger dá seu segundo passo. Para atingir a esfera ontológica há um caminho que, a seu modo, é compartilhado por Kant e pelo próprio Heidegger, o ser humano e seu papel na manifestação desse horizonte ontológico. Em Kant, o sujeito transcendental, em Heidegger o *Dasein*. Tanto a *Crítica da Razão Pura* quanto *Ser e tempo* são analíticas do ser humano e sua relação com o mundo. Não há como se furta à encruzilhada que uma fundamentação da ontologia leva: a necessidade de compreender o papel do homem na manifestação desse horizonte, e é aqui que Heidegger se afasta do filósofo de Königsberg.

O mundo está aí, a realidade está dada, para compreender a possibilidade deste fenômeno estou irremediavelmente ligado à possibilidade do próprio compreender, este é faculdade do homem. O conhece-te a ti mesmo grego revive numa virada copernicana. Mas a virada foi insuficiente. A separação do sujeito e objeto em campos opostos baseada no modelo de conhecimento científico amarrou Kant numa perspectiva que não permite o surgimento do fundamento ontológico da subjetividade, o *Dasein*. Em verdade, é a falta da percepção desta fundamentação ontológica da subjetividade no fenômeno do *Dasein* que impediu Kant de atingir seu objetivo de fundamentar uma ontologia. Falhando em fundamentar uma ontologia, Kant recai numa fundamentação metafísica que repete o esquecimento do sentido do ser e se mantém na perspectiva de separação radical entre a subjetividade e o mundo (HEIDEGGER, 1928a, p. 113-115, e 145).

Afirmar, portanto, que Kant fundamenta a metafísica tem uma trajetória peculiar no pensamento de Heidegger: um início adequado em dois passos, a busca do horizonte ontológico de fundamentação do conhecimento e o ponto de partida dessa busca na estrutura fundamental do homem; uma continuação inadequada na execução da tarefa, pois a estrutura metafísica de esquecimento do sentido do ser foi mantida nessa analítica do sujeito. Tanto concorda com o proceder kantiano, que o pensamento de Heidegger se identifica com ele em uma semelhança metodológica fundamental: para Heidegger a *Crítica* é uma obra escrita segundo princípios fenomenológicos. Podemos colocar brevemente desta forma: em sua postura básica, o *método* da *Crítica* é o que nós, desde Husserl, entendemos, levamos a cabo e aprendemos a fundamentar mais radicalmente como *método fenomenológico*. (HEIDEGGER, 1928a, p. 49).

Essa observação justifica a interpretação fenomenológica como a única

possível para encontrar o verdadeiro sentido da *Crítica da razão pura*. Mas o resultado alcançado não é o mesmo que *Ser e tempo*, apesar das semelhanças. Percebemos inicialmente que a atitude heideggeriana encontrada em *Ser e tempo*, de apontar falhas do pensamento kantiano (HEIDEGGER, 1927a, p. 52-3 ou p. 158-9), se repete na *Interpretação Fenomenológica da crítica da razão pura* de forma clara, inclusive em associação com a outra grande influência da obra, Aristóteles: “já em Aristóteles, assim como em Kant, há uma *conexão* entre as mais gerais *determinações do ser dos seres* e a proposição, *juízo*, ou *entendimento*. Mas por que essas determinações existem e se elas são legítimas – nem Aristóteles nem Kant enfrentaram estas questões.” (HEIDEGGER, 1928a, p. 201).

Uma falta da filosofia kantiana que expressa e exemplifica a falta de radicalidade quanto à exposição do horizonte ontológico do conhecimento é a insuficiente apreciação daquilo que são as categorias e como se ligam à proposição e ao mundo. Exemplo de resultado desta falta é apontado nas “correções” do curso de Heidegger, agora englobando tanto o aspecto positivo que aproxima Kant de sua analítica, como o negativo, que o afasta: o problema da lógica. “Se a lógica transcendental tivesse sido estruturada de forma completamente correspondente à estética transcendental, então a lógica transcendental teria terminado com A130, B169” (HEIDEGGER, 1928a, p. 113).

Uma disparidade entre a estética transcendental e a lógica transcendental se apresenta como um problema a ser explorado. A princípio, há uma descontinuidade no equilíbrio da obra. Heidegger na sequência indica uma virtude resultante desse trecho da obra kantiana: “Com a pergunta pela possível unidade *a priori* da pura intuição e puro pensamento o *conhecimento ontológico* emerge como um *novo ponto central*.” (HEIDEGGER, 1928a, p. 114).

Um ponto recorrente da crítica interpretação heideggeriana é a abordagem feita por Kant da lógica em sua obra. Nessa centralidade da lógica, está uma das mais importantes “correções” ou “falhas” do pensamento kantiano, ou ao menos da interpretação epistemológica dele. A primeira argumentação sobre um reducionismo da interpretação neokantiana está na desproporção entre a lógica transcendental e a estética transcendental. A explicação para tanto, segundo Heidegger, está na estrutura ontológica que se revela nesse ponto da investigação kantiana. A lógica transcendental se depara com um problema ainda velado na estética: o conhecimento ontológico. A tentativa kantiana de dar conta desse problema justificaria a disparidade de volume entre a estética transcendental e a lógica transcendental. O modo como Kant enfrenta

a questão, que na visão heideggeriana se coloca como corretamente desenvolvida até o ponto a partir da estética, é que suscita um retrocesso e um desdobramento da “correção” anunciada anteriormente.

Que Kant lide com o problema na *lógica* transcendental é uma indicação que a ontologia está fundada na lógica. Algo digno de nota emerge aqui, algo que determina toda problemática ontológica ou metafísica desde a antiguidade, especialmente em Aristóteles e Platão. O que é digno de nota é que a questão acerca da constituição ontológica dos seres, ontologia, é primariamente guiada pelo *Logos* (HEIDEGGER, 1928a, p. 114).

Heidegger insere Kant na tradição metafísica para realizar a *Destruktion* e retira do próprio Kant os elementos que o lançam para além dessa tradição. A ambiguidade entre a falha e a virtude kantiana é o reflexo do projeto de *Destruktion* que se desenrola em um passo primeiro de crítica e num segundo de superação a partir do próprio pensamento, afinal é o próprio ser que desvela e vela seu sentido. A tradição a que Heidegger liga Kant é a do *logos* moderno, cartesiano, como na sequência de *Ser e tempo*. Continua Heidegger a passagem: “A consequência posterior deste passo, que no todo se delineia no desenvolvimento do pensamento moderno desde Descartes, é a lógica de Hegel, que de acordo com seu *título* é o que nós usualmente entendemos por lógica, mas de acordo com seu *conteúdo* é pura ontologia ou metafísica.” (HEIDEGGER, 1928a, p. 115).

Nessas passagens, está resumido um ponto importante da interpretação heideggeriana: o momento em que Kant ultrapassa a metafísica, mas ainda preso à tradição não se desvencilha totalmente dela. O indício é sua abordagem do que seria lógica transcendental: não é de forma alguma apenas lógica.

O capítulo da lógica se mostra desproporcional ao da estética. O motivo é abarcar a problemática da possibilidade de unidade *a priori* de pura intuição e puro pensamento. Tal unidade não é um assunto pertinente à lógica, mas à ontologia. Do modelo de conhecimento científico, Kant revela a estrutura ontológica prévia que o fundamenta ao perguntar por essa unidade.

O ponto a ser observado é a influência da tradição neste pensamento. O ponto escolhido por Kant para acolher sua descoberta, a pré-compreensão ontológica, é a lógica transcendental. Essa é a evidência de que o filósofo não se liberta do erro metafísico em relação à ontologia e se mantém preso à história da metafísica orientando a compreensão do ser pelo *logos*. Prova disso são as categorias herdadas de Aristóteles.

A radicalidade desse movimento metafísico guiado pelo *logos* passa por Kant em direção a Hegel, que atinge o ponto máximo da percepção ontológica da realidade pelo viés da razão: a identidade entre ser e pensar. A marca desse passo na história da filosofia é sua *Lógica* que nada tem de lógica, como a entendemos hoje, mas trata puramente de metafísica.

Concluindo, para Heidegger, Kant chega a prelinear uma ontologia fundamental, mas não a desenvolve, pois continua amarrado à tradição de esquecimento do sentido do ser. Assim, o filósofo se insere na história da metafísica, objeto da destruição heideggeriana. Portanto, não podendo ser modelo para a analítica existencial, mas objeto e contraponto de sua continuação na elaboração da ontologia fundamental, a *Destruição*. Heidegger não poderia ter retirado de Kant um caminho para *Ser e tempo*, simplesmente por não existir tal caminho na *Crítica*; à luz da fenomenologia é que podemos perceber nos erros de Kant a possibilidade de uma ontologia fundamental, talvez vislumbrada, mas não desenvolvida. Kant não se permitiu superar a metafísica.

Resta revelar o que Kant percebeu em seu lampejo da ontologia fundamental. Para isso Heidegger propõe a interpretação de um elemento particular da *Crítica*: o poder da imaginação. Ela representa o mais próximo daquilo que nos *Fundamentos metafísicos da lógica* ocupa lugar central na questão da subjetividade: a transcendência. Esse distanciamento surge na obra:

Há basicamente três momentos básicos que confundem a questão da dedução transcendental: (1) separação das categorias de sua relação crucial com a intuição pura, (2) a opinião de que a pura intuição sozinha pode produzir os objetos (opinião que além disso se opõe a tese colocada que intuições sem conceitos são cegas), e (3) a compreensão do *a priori* como o que reside no sujeito isolado, que é dado inicialmente e antes de qualquer relação com um objeto. Colocado brevemente, o que confunde a questão da dedução transcendental é a compreensão de um *a priori* livre de transcendência [*transzendenzfrei*]. (HEIDEGGER, 1928a, p. 213).

Continua,

Todos os três momentos estão ultimamente fundados na *fundamental e crucial deficiência no posicionamento de Kant do problema das categorias* em geral, em *construir mal o problema da transcendência* – ou melhor dizendo, falha em ver transcendência como uma determinação original e essencial da constituição ontológica. [...] Transcendência é a pressuposição da possibilidade do próprio ser do *Dasein*. (HEIDEGGER, 1928a, p. 213).

Heidegger identifica três falhas no pensamento de Kant quanto ao caráter do *a priori* como subjetividade isolada. Aqui explicita a derivação de falhas pontuais relacionadas à tradição metafísica da subjetividade, arraigada no pensamento kantiano, em sua origem mais profunda: a transcendência do *Dasein* que não foi desenvolvida.

Ainda em outra parte a colocação aparece: “O problema da transcendência é usualmente – e também em Kant – iniciado como um problema colocando o sujeito de um lado e o objeto de outro lado como duas coisas extensas.” (HEIDEGGER, 1928a, p. 216).

A transcendência originária, pré-compreendida no horizonte prático da significância, é a melhor caracterização da subjetividade que encontramos em Heidegger. As categorias são a expressão ôntica desse ser-no-mundo ontológico, e assim aqui podemos ligar o sujeito heideggeriano ao conceito próprio de transcendência kantiano, ressaltado o aspecto negativo: o sujeito de Heidegger é aquele que está por trás da transcendência kantiana, sua condição ontológica de possibilidade. O sujeito de Heidegger é aquele que falta para tornar a transcendência kantiana numa transcendência ontológica.

Para ter chegado a essa transcendência, Kant precisaria superar o conceito de categoria, herdado de uma tradição aristotélica. Tarefa que, na concepção heideggeriana, não se completou. “Colocado de maneira breve, a tarefa da dedução transcendental é abrir a essência ontológica das categorias, i.e., mostrar aquilo que forma o verdadeiro conteúdo destes conceitos.” (HEIDEGGER, 1928a, p. 218).

Falamos numa necessidade a que a trajetória do pensamento kantiano chegaria dada sua proposta e forma: uma abertura do pensamento ontológico. A abertura se mostra necessária nesse ponto, na dedução transcendental, e é nela que surge a problemática do recuo kantiano para uma metafísica da subjetividade. Heidegger aqui explicita o local em que a *Crítica* atinge seu ápice em direção à ontologia e também seu recuo de volta para a metafísica. De volta à separação dos problemas da subjetividade e da objetividade em polos independentes: “Ele [Kant] falha em ver que, *levando radicalmente a cabo o lado subjetivo da tarefa da dedução, a tarefa objetiva já estará resolvida. [...] Kant não percorre este caminho.*” (HEIDEGGER, 1928a, p. 225).

Desdobramento da pressão da tradição metafísica na filosofia de Kant que percorre o caminho da subjetividade isolada da modernidade. Perceba a explícita causa apontada por Heidegger: faltou a Kant radicalidade. Se ele aprofundasse o questionamento da subjetividade, resolveria já o da objetividade, pois atingiria a transcendência que funda o ser-no-mundo e o próprio *Dasein*. Kant opta por recuar frente ao sujeito radicalmente considerado e tentar representar a objetividade isolada em uma coisa em si.

Seguindo a linha de raciocínio, acompanhamos a descoberta de um projeto de ontologia na *Crítica da razão pura*. Segundo, encontramos as inconsistências desse

projeto em hesitações que se traduzem num recuo de Kant frente à tarefa proposta. Essas hesitações são fruto de uma tradição metafísica da qual Kant não escapa que se mostra na sua percepção do papel da lógica.

Ainda na trilha da interpretação heideggeriana, o momento que precede o recuo e que evidencia a tradição metafísica kantiana revela sua principal deficiência, a ausência de compreensão do fenômeno ontológico do *Dasein*. No momento em que a *Crítica* leva Kant em direção ao *Dasein*, Kant recua. Esse momento foi a elaboração do poder da imaginação. O recuo de Kant evitou o desenvolvimento da imaginação que em sua relação com o tempo se mostra prejudicado. A seguir, Heidegger traça o caminho insuficiente que as sínteses que relacionam o poder da imaginação ao tempo tomam no pensamento de Kant. Da insuficiência desse caminho, podemos tentar construir uma nova compreensão do tempo, o que falta em Kant é a compreensão do *Dasein*, especificamente sua temporalidade enquanto finitude. O tempo existencial é a solução que Heidegger apresenta para as faltas kantianas, a finitude é o que separa *Ser e tempo* da *Crítica da razão pura*. Esse ponto é o ápice de uma trajetória de recuo frente à ontologia, o desvio em direção à lógica da tradição metafísica começa nas categorias do entendimento, aprofunda-se na subjetividade isolada, e dessa inobservância da transcendência surge por fim o problema de um conceito de temporalidade insuficiente na relação das sínteses da imaginação com o tempo. “Aqui a ruptura interna nas fundações do problema de Kant se torna clara: a falta de conexão entre tempo e apercepção transcendental.” (HEIDEGGER, 1928a, p. 242).

Essa superação de Kant a partir do próprio Kant é para Heidegger não uma correção de uma falha, mas a atitude necessária e reverente para com um grande pensador: tornar sua obra viva, fazê-la falar para além de seu tempo e suas fronteiras. Não o trabalho de um autor irresponsável para com o legado de um pilar da cultura ocidental, pelo contrário. “Kant pressupõe um leitor resolutivo. Ele possuiu a paz interior que um grande esforço semeia através do *Dasein*. Na base desta paz ele poderia esperar, não por leitores de seu livro, mas por aqueles que lutariam com os problemas do pensamento – por aqueles com quem a existência de Kant estava comprometida”. (HEIDEGGER, 1928a, p. 229).

A ligação do pensamento kantiano com a história da metafísica é um ponto vital do projeto de *Destruktion* de *Ser e tempo*. Através da compreensão kantiana da lógica da tradição e de suas inconsistências na relação com o tempo, Heidegger é capaz de localizar o pensamento de Kant nesta trajetória. Ainda mais, além de pertencer à história da metafísica, Kant está ligado a um desdobramento particularmente criticado

por Heidegger: a metafísica do sujeito iniciada com Descartes.

A subjetividade moderna é um desdobramento do esquecimento do sentido do ser na história da metafísica, que obstruiu a via privilegiada de acesso ao horizonte ontológico do conhecimento, a analítica existencial do *Dasein*. O passo essencial é a união da *Destruktion* e da analítica em um projeto único de ontologia fundamental. A analítica existencial é uma antecipação da *Destruktion* da história da metafísica em seu ponto culminante da modernidade, a constituição metafísica do sujeito.

Nessa encruzilhada, chegou Kant com seu pensamento e nesse caminho posiciona a necessidade de superação para além e a partir de seu pensamento. O que chamamos sujeito da modernidade deve dar lugar à analítica do *Dasein*. A exigência de *Ser e tempo* emerge da interpretação do pensamento de Kant, como deve surgir da interpretação fenomenológica de toda modernidade. E na esteira dessa exigência está uma superação da subjetividade: “Mas ele [Kant] não vê claramente a função positiva da interpretação das fontes do conhecimento que estão no sujeito; ele não vê a subjetividade do sujeito como a dimensão de origem.” (HEIDEGGER, 1928a, p. 261).

6 Considerações Finais

Após essa análise da interpretação heideggeriana do pensamento kantiano, que se mostrou mais extensa que o esperado e menos completa que o desejado, nós podemos estabelecer algumas considerações finais sobre o tema inicial do trabalho. Apresentamos aqui os esboços de soluções para as questões acerca da caracterização da relação entre ciência e moral em uma perspectiva histórica de sua dissociação; o sentido e movimento dessa separação no pensamento kantiano e sua superação na interpretação heideggeriana.

Em várias percepções podemos dizer que a dualidade entre ciência e moral reflete uma distinção que perpassa a filosofia e sua história. A epistemologia por um lado e a axiologia por outro. As tentativas de uma ciência da moral, ou de uma moral da ciência esbarraram em sistemas cada vez mais distantes entre si, em argumentos construídos de modo diverso e cada vez menos intercambiáveis. Identificamos uma origem comum para o ponto em que essa separação acelera: o surgimento da ciência moderna. O mundo científico revolucionou o pensamento humano, a absorção dessa nova fronteira do conhecimento pela filosofia se deu de forma conturbada. O racionalismo, por um lado, e, por outro, o empirismo, defendiam critérios de validade

para o saber, inclusive o moral. Kant resume esta dualidade e dá as diretrizes que desenvolveram a epistemologia posterior e também os papéis da ética e suas possibilidades.

Kant exemplifica em uma só obra o estado de separação entre ética e ciência que se forma com a modernidade e se aprofundará em nosso tempo. Uma primeira observação retirada deste trabalho é que a distinção entre moral e ciência como criação kantiana é um equívoco. Kant contempla os dois assuntos, e os relaciona em um sistema ontológico único como nos mostra a interpretação de Heidegger. A distinção que opõe a epistemologia e a moral é produto dos intérpretes e comentadores de Kant muito mais do que do próprio pensador.

Podemos então afirmar que a separação entre moral e ciência se radicaliza no pensamento contemporâneo influenciada, entre outros fatores, por uma negligência ou desinteresse da recepção filosófica do pensamento kantiano com seu projeto ontológico. A filosofia abandona precipitadamente o caráter metafísico presente no pensamento de Kant através de interpretações sobre a obra do próprio Kant! O ponto seguinte do raciocínio é buscar compreender os elementos que permitiram e impulsionaram a contemporaneidade para esse abandono. Um fator, que é filosoficamente relevante, é apontado na interpretação heideggeriana.

Kant não consegue desenvolver seu projeto filosófico em suas consequências mais radicais. E isso implica responder, como ele mesmo colocou, à pergunta: “Quem é o homem?”. Heidegger critica o recuo kantiano para um *logos* moderno que não coloca o problema do sujeito em uma perspectiva apropriada. É dessa dívida com a modernidade que Kant não escapa e permite então a crítica e desenvolvimento de interpretações fragmentárias sobre o conhecimento, sobre a metafísica, sobre ciência e moral.

O sujeito kantiano permanece cindido entre o conhecimento e a ação. A separação que é fundamentalmente epistemológica (e isso é a raiz da fácil associação do pensamento kantiano com reducionismos filosóficos posteriores) se expande ao sujeito moral através do modelo apriorístico do juízo sintético *a priori*. A razão prática, por mais que procure inserir-se no modelo metafísico do projeto kantiano permanece inapropriada por apoiar-se em um apriorismo epistemológico. Kant precisaria da *Lebenswelt* para superar o dilema da subjetividade – o grande problema da modernidade – e encontrar a base comum em que nascem tanto ciência quanto moral.

É na subjetividade mal compreendida que reside o maior obstáculo para uma

unidade entre ciência e moral. O sujeito da ação é o mesmo sujeito do conhecimento, a distinção parte de um solo comum. Direcionar a filosofia para busca desse solo é retornar ao ponto em que podemos entender o cientista e o moralista como homens, e responder talvez à pergunta de Kant, e de tantos outros antes dele, “quem é o homem?”.

Estaríamos então diante de um prenúncio de nova revolução? Parece que o homem foi o centro do pensamento na modernidade, mas foi obscurecido pelo modelo científico insuficiente que se adotou como resposta para essa preocupação. Hoje as tentativas científicas são amplamente aceitas e valorizadas, e mesmo assim insuficientes. Talvez outra época dos homens seja necessária, e com novos modelos, não contrários, mas complementares e co-originários com a ciência e com a moral. O homem contemporâneo surgirá como sujeito moral e cognoscente, e ainda mais: como ser-no-mundo. É possível que vejamos a ciência e a moral como fundamentalmente modos de ser do homem, e não o homem como objeto da ciência ou regulado e valorado por sistemas morais. O tempo dos reducionismos já passou.

Referências

- HEIDEGGER, Martin. *Kant y el Problema de la Metafísica*. Traduzido por Gred Ibscher Roth. México: Fondo de Cultura Económica, 1996a. Título original: *Kant und das Problem der Metaphysik*. (1929)
- HEIDEGGER, Martin. *Phenomenological Interpretation of Kant's Critique of Pure Reason*. Traduzido por Parvis Emand, e Kenneth Maly. Bloomington: Indiana University Press, 1997. Título original: *Phänomenologische Interpretation von Kants Kritik der Reinen Vernunft*. (1927/1928a)
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Traduzido por Márcia de Sá Cavalcante Schuback. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1998. Título original: *Sein und Zeit*. (1927a)
- HEIDEGGER, Martin. *The Metaphysical Foundations of Logic*. Traduzido por Michael Heim. Bloomington: Indiana University Press, 1992. Título original: *Metaphysische Anfangsgründe der Logik im Ausgang von Leibniz*. (1928b)
- HÖFFE, Otfried. *Immanuel Kant*. Traduzido por: Christian Viktor Hamm e Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Traduzido por: Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 4.ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997. Título original: *Kritik der reinen Vernunft*. (1781)

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

KANT, Immanuel. *Princípios metafísicos da ciência da natureza*. Lisboa: Edições 70, 1990. Título original: *Metaphysische Anfangsgründe der Naturwissenschaften*. (1786)

KANT, Immanuel. *Prolegómenos a Toda a Metafísica Futura*. Lisboa: Edições 70, 1987. Título original: *Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysic, die als Wissenschaft wird auftreten können*. (1783)

KISIEL, Theodore. *The Genesis of Heidegger's Being & Time*. Berkeley: University of California Press, 1995.

LEBRUN, Gerard. *Kant e o Fim da Metafísica*. Traduzido por Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LOPARIC, Zeljko. *Heidegger*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LOPARIC, Zeljko. Os problemas da razão pura e a semântica Transcendental. *Dois pontos*, Curitiba, São Carlos, vol. 2, n. 2, p.113-128, outubro, 2005.

ONATE, Alberto Marcos. O lugar do transcendental. *Revista de Filosofia (PUCPR)*, v. 19, p. 131-145, 2007.

POPPER, Karl. *The World of Parmenides: Essays on the presocratic enlightenment*. Londres: Routledge, 2002.

SEARLE, John R. *Limits of Phenomenology*. 1999. consultado no sítio da University of Califórnia, Berkeley em 2008. <http://ist-socrates.berkeley.edu/~jsearle/articles.html>

SILVER, Brian L. *A Escalada da Ciência*. Florianópolis: Editora UFSC, 2003.

STRAWSON, Peter Frederick. *The Bounds of Sense: An Essay on Kant's Critique of Pure Reason*. Londres: Routledge, 1999.

WATKINS, Eric. *Kant and the Sciences*. New York: Oxford University Press, 2001.

WATKINS, Eric. "Kant on Force and Extension: Critical Appropriations of Leibniz and Newton" in *Between Leibniz, Newton and Kant: Philosophy and Science in the 18th Century*, W. Lefevre (ed.), Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2001. pp. 111-127.

WATKINS, Eric, "Kant's Philosophy of Science", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2007 Edition)*. Edição de Edward N. Zalta 2007. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2007/entries/kant-science/>.